# Tudo seja para o Desenvolvimento: O reassentamento de comunidades indígenas para a construção de represas no Alto Papaloapan<sup>1</sup>

# It's all for Development: resettlement of indigenous communities for the construction of dams in Alto Papaloapan

## Regina Martínez Casas<sup>1</sup>

1. Linguista e antropóloga. É professora-investigadora do Centro de Investigaciones y tudios Superiores en Antropología Social (CIESAS) e membro do Sistema Nacional de Investigadores Nivel II e da Academia Mexicana de Ciências. https://orcid.org/0000-0002-4746-4836 reginamc@ciesas.edu.mx

**Resumo**: Esse artigo está baseado em pesquisa de campo realizada entre 2009 e 2011 em comunidades chinantecas originarias do estado de Oaxaca que foram reassentadas no sul do estado de Veracruz devido à construção de represas na região. A partir do trabalho de campo, de arquivo e entrevistas realizadas nessas comunidades de reassentamento mostra-se como se modificou a organização social chinanteca e o impacto que os megaprojetos de desenvolvimento tiveram em suas língua e cultura.

**Palavras-chave**: mega projetos de desenvolvimento; represas, povo chinanteco, reassentamento.

<sup>1.</sup> Artigo traduzido por Roberto Lima (UFS).

**Abstract**: This article is based on a research Project which took place between 2009 and 2011 in chinantec communities from Oaxaca moved to Southern Veracruz, Mexico because of the construction of a dam in that region. The project involved field work, archive reviews and interviews with chinantec people in order to show how these mega projects affect social organization, language and cultural patterns of this indigenous Mexican people.

**Keywords**: mega development projects; dams; chinantec people; rearrangement.

### Introdução

O estudo da mobilização de grandes contingentes populacionais por diferentes motivos é um dos eixos de reflexão das ciências sociais contemporâneas no mundo. Muitas dessas mobilizações são justificadas por argumentos ligados ao desenvolvimento regional, nacional e internacional. Desde as pesquisas sobre migração global, a migração interna e o reassentamento produzidos pela migração forçada estão sendo criados novos paradigmas analíticos para entender uma grande quantidade de fenômenos sociais, como a dinâmica socioeconômica e seu impacto nas relações entre economias industrializadas e emergentes e as identidades étnicas em contextos que não costumam ser vistos como multiculturais.

Neste artigo são apresentados alguns dos resultados de um projeto coletivo de pesquisa que buscou explorar a dinâmica lingüística no sul do estado de Veracruz, no México, marcada pelo contato entre comunidades reassentadas nesta região. Em particular apresentarei o caso de comunidades chinantecas de Oaxaca que foram reassentadas em vários municípios da bacia do Papaloapan nos últimos 40 anos. Para o trabalho de campo se realizaram entrevistas biográficas, observação participante, investigação de arquivo e aplicação de questionários sociolingüísticos com a finalidade de contar com uma base de dados ampla que permitisse reconstruir o processo de reassentamento e a conformação das novas comunidades, assim como aqueles elementos sociais e culturais que foram ressignificados nesse processo de migração forçada justificada pelo bem do *desenvolvimento* regional e nacional.

#### Um pouco de história...

Em 1944, uma forte inundação atingiu todas as localidades ribeirinhas da bacia do Papaloapan, desde Tuxtepec até Tlacotalpan, já perto da foz do rio (Velazco toro, 2002)². Durante varias semanas milhares de famílias viveram nos telhados de suas casas passando fome e doenças. Desconhece-se o numero de mortes que ali ocorreram no período. Alguns meses depois – e retomando a experiência da Comissão do Vale do Tenessee nos Estado Unidos – o então presidente Miguel Alemán fundou, em 1947 a Comissão do Papaloapan (Bartolomé, Barabas, 1990), com o objetivo de levar a cabo estudos técnicos para elaboração de megaprojetos de desenvolvimento que implicavam não só o controle do caudal dos afluentes do Papaloapan, mas também a construção da primeira grande hidroelétrica de México. Também incluía o planejamento de grandes áreas de agricultura extensiva e a introdução à *modernidade* dos indígenas da região norte do estado de Oaxaca e do sul do estado de Veracruz que se caracterizavam por serem territórios multiétnicos, contudo também *atrasados* e *pobres* (Villa rojas, 1955)³.

Desde o início da operação da Comissão do Papaloapan foi contemplada a contratação de antropólogos, responsáveis pela elaboração do componente social do projeto, pois esse implicava o reassentamento, em uma primeira etapa, de dezenas de milhares de famílias oaxaquenhas, principalmente mazatecos, para o município de Playa Vicente em Veracruz e para outras localidades circunvizinhas da cortina da barragem.

**<sup>2</sup>**. A região do Papaloapan abarca uma parte do norte do estado mexicano de Oaxaca e uma franja da planície costeira do sul do estado de Veracruz e por ela cruza um dos rios mais caudalosos do México. É também uma região multicultural com longa história de assentamentos humanos marcada por rica produção agrícola e comercial que usaram o rio como um componente central na vida das sociedades que ali se assentaram.

**<sup>3</sup>**. O livro de Villa Rojas é uma das primeiras publicações do Instituto Nacional Indigenista de México e expõe a justificativa para a construção de uma barragem na região como um experimento social para incorporar ao desenvolvimento nacional aos indígenas do norte de Oaxaca.

A comissão terá os mais amplos poderes para o planejamento, projeto e construção de todas as obras de defesa dos rios, as de irrigação, desenvolvimento energético e as de engenharia sanitária, as de vias de comunicação, compreendendo vias de navegação, portos, estradas, vias férreas, telégrafos e linhas telefônicas e as relativas à criação e ampliação de centros povoados, e terá também amplos poderes para ditar todas as medidas e disposições em matéria industrial, agrícola e de colonização em quanto a tudo elencado acima se refira ao desenvolvimento integral da Bacia do Papaloapan (COMISSÃO DO PAPALOAPAN, 1949, p.14)

Entre essas obras se encontrava a construção de um sistema de barragens, o que implicou o planejamento e construção da barragem Miguel Alemán (ou Temazcal) entre os anos 1949 e 1960 e a barragem Cerro de Oro, construída entre 1974 e 1989, com obras interrompidas por diversos períodos, devido aos conflitos derivados do alto custo da construção e as repetidas crises que caracterizaram a economia mexicana (RODRÍGUEZ ALQUICIRA 2013; BARTOLOMÉ Y BARABÁS 1990).

Para a construção da segunda etapa do megaprojeto – a barragem Cerro de Ouro – planejou-se reassentar varias comunidades chinantecas em duas regiões veracruzanas<sup>4</sup>. Em um primeiro momento foram criados 13 novos centros de povoamento na região de Uxpanapa, perto de Tuxtlas, em Veracruz. Numa segunda fase de reassentamento foram selecionados terrenos pertencentes a quatro municípios da bacia veracruzana do Papaloapan – Tierra Blanca, Tres Valles, Cosamaloapan e Rodríguez Clara – para criação de cinco novos povoados em que foram reassentados chinantecos provenientes de 31 *ejidos*<sup>5</sup> dos municípios de Ojitán e Usila, em Oaxaca. Neste último município, como antes no caso de Playa Vicente, chegaram também camponeses de comunidades

**<sup>4</sup>**. As comunidades indígenas mencionadas são falantes de um conjunto de línguas da família otomangue.

**<sup>5</sup>**. Os *ejidos* são dos mais importantes frutos da Revolução Mexicana de 1910. Tratam-se de terras doadas para camponeses a título de reforma agrária para uso comum e eram indivisíveis e intransferíveis até a reforma constitucional de 1992 [nota do tradutor].

oaxaquenhas, quase todos indígenas, na busca de terras (RODRIGUEZ, 2009). Esse padrão de migração forçada massiva, complementada com outras migrações internas, gerou uma serie de comunidades com diferentes formas de organização social que se refletem atualmente em perfis sociolingüísticos claros que permitem formular uma tipologia de comunidades relativamente novas inseridas na dinâmica de uma região com história antiga de contato e conflito interétnico e com grande diversidade lingüística (GUTIERREZ, 2011).



Fotografía 1: Censo agrário em Los Ideales. Comisión Agrária Mixta, 1973.

Uma revisão muito boa do processo de reassentamento pelas barragens do alto Papaloapan foi realizada por Alicia Barabas e Miguel Bartolomé (1990) que foram originalmente contratados pelo *Instituto Nacional Indigenista* para acompanhar os chinantecos no processo de translado desde Ojitlan e Usila para os distintos destinos em Veracruz. Seu texto documenta pontual e criticamente tanto a gestão governamental para adquirir as terras em Veracruz como

o drama das famílias que perderiam não somente seu território mas também seu modo de vida. A documentação desse processo culmina logo antes da fundação das cinco comunidades dos municípios da bacia do Papaloapan, motivo pelo qual pouco mencionam detalhes desta última fase do reassentamento, exceto pela resistência que gerou em vários lideres chinantecos a possibilidade de serem reassentados na selva de Uxpanapa – agreste e isolada – o que motivou o fato de negociarem *ejidos* em uma zona muito melhor localizada na geografia veracruzana, próxima a um dos centros comerciais da região e cruzamento de caminhos desde a época da revolução mexicana de 1910: Tierra Blanca.

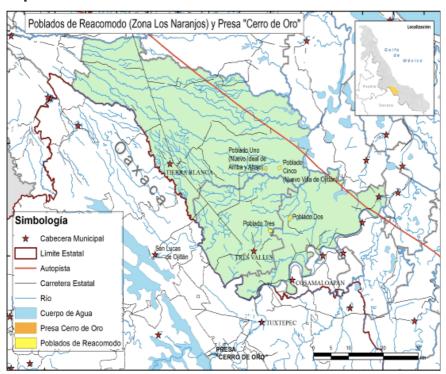
#### Para uma nova definição de comunidade...

Em trabalhos anteriores sobre indígenas radicados fora de seus territórios históricos desenvolvi uma serie de reflexões em torno da tipologia de comunidades proposta originalmente por Max Weber e posteriormente revisada por Redfield e Antony Cohen (ver martínez casas y de la peña 2004; MARTÍNEZ, 2007). Em tais reflexões o argumento central gira ao redor da existência de comunidades cujo território é exclusivamente simbólico e se baseiam fundamentalmente no componente moral proposto por Weber para garantir a convivência ao mesmo tempo hierárquica e solidária. O tema da comunidade lingüística - apenas esboçado no texto clássico de Weber de 1922 que lhe permite sustentar a existência de comunidades étnicas – é depois desenvolvido por autores como Duranti (2000) para explicar a diversidade lingüística em países multiculturais. Porém, a experiência de trabalho nas comunidades chinantecas da bacia do Papaloapan me obriga a redefinir o conceito para propor-lo como uma categoria de análise que permite entender o surgimento de novas relações sociais em espaços onde o território de origem é apenas uma narrativa e a hierarquia e a solidariedade se mantêm a partir da lealdade lingüística.

Por outro lado, a região conhecida pelos moradores como *Los Naranjos* foi pouco estudada (Oropeza 2006; Rodríguez Alquicira, 2013) e foi o lugar selecionado pela equipe que me tocou encabeçar para indagar sobre o impacto do reassentamento de comunidades indígenas por megaprojetos de desenvolvimento, em parte pelo extenso trabalho que havia sido realizado anteriormente em outras comunidades por Barrabas e Bartolomé, e posteriormente por uma

equipe liderada por Ana Paula de Teresa na região de Uxpanapa (DE TERESA, 2011). Como já mencionei, o trabalho implicou a realização de vários períodos de campo nas cinco comunidades chinantecas da região do Papaloapan, entrevistas biográficas, observação participante e a aplicação de 10.000 questionários sociolingüísticos para entender o impacto da migração forçada nas famílias de origem chinanteca, seus vizinhos mazatecos e *jarochos* (como eles denominam os veracruzanos que moram nas vizinhanças de seus povoados) e alguns outros falantes de outras línguas indígenas próximas como náhuatl e popoluca e que convivem nas mesmas comunidades fundadas originalmente para receber a população chinanteca reassentada.

Mapa 1



Fonte: INEGI, 2010 (Elaborado por Santiago Meza e Rodríguez Alquicira).

Essas comunidades, denominadas nos documentos técnicos da Comissão do Papaloapan como Novos Centros de Povoamento, foram planejadas para o desenvolvimento da agricultura extensiva, porém, vários dos ejidatários receberam títulos como pecuaristas. De fato, desde princípios da década de 1980 criou-se a infraestrutura para que nessas terras se plantasse cana de açúcar pois na sua proximidades se encontram três dos maiores engenhos de México: San Cristobal, Tres Valles e Tuxtepec. Assim, os chinantecos passaram de cultivar a milpa<sup>6</sup> (em boa medida para o auto consumo de milho, feijão, verduras e animais de curral) a produzir massivamente para os engenhos de açúcar sob contratos que os vincularam principalmente ao mercado mundial da indústria açucareira para a produção de bebidas açucaradas e de álcool. Na dinâmica em que se relacionam com os engenhos implica que cada ejidatário recebe uma antecipação quando a cana está começando a crescer nos canaviais e uma liquidação quando acaba a safra e se fixaram os preços do açúcar no mercado internacional. Isso significa que muitos deles, na realidade, recebem pouco ou nada de liquidação e estão endividados com os engenhos desde que recebem a antecipação. Essa dinâmica obriga aos ejidatários a continuar cultivando cana de açúcar, pois se quiserem voltar a cultivar milho ou combinar a cana com outros cultivos que tradicionalmente floreciam nessas terras como as árvores frutíferas de cítricos, mangas e bananas se verão impossibilitados de cumprir com as obrigações que possuem com os engenhos açucareiros. Isso também implica que poucos deles migrem para fora da região e procurem que seus filhos também não o façam, já que se necessita de muita mão de obra no tempo da colheita e para o cuidado dos canaviais.

Outra mudança drástica foi a lingüística. Esses novos centros de povoamento se formaram com famílias provenientes dos 31 *ejidos* inundados originalmente em Oaxaca com a represa Cerro de Oro e em muitas ocasiões se misturaram falantes de diferentes variedades dialetais de chinanteco (HERNANDEZ, 2000). Isso acarretou que boa parte das famílias reassentadas tiveram que optar por aprender velozmente o espanhol, mas também por criar

**<sup>6</sup>**. Nome dado à roça mesoamericana plantada no sistema de coivara e baseada na tríade feijão, milho e abóbora, n. do t.

variedades de convergência que lhes permitiram manter uma identidade lingüística e garantir a comunicação entre eles.

Neste caso estamos frente a comunidades sem território (ao menos seu território histórico), com fortes mudanças no modo de produção e na conseqüente organização para o trabalho, mas com forte resistência lingüística frente à tensão para mudança por exposição ao espanhol e a outras línguas indígenas. Nas próximas páginas exporei alguns dos dados encontrados e analisados sobre a conformação comunitária dos chinantecos que atualmente vivem na região de *Los Naranjos*.

#### Da terra perdida à terra prometida...

Como documentado por Barabas e Bartolomé (1990), alguns líderes de Ojitlán tentaram negociar o reassentamento em condições melhores que as que haviam conseguido os mazatecos reassentados no município de Playa Vicente na década de 1950 e que as conseguidas por muitos ejidatários que haviam encontrado em Uxpanapa florestas pouco aptas para a agricultura extensiva (ibid. v.2, p. 137). Talvez o acontecimento mais terrível tenha sido o assassinato de don Catarino, o principal líder do reassentamento chinanteco enquanto tratava de organizar um novo movimento de resistência para exigir que lhes fosse consultada a aprovação da construção de uma terceira represa para aumentar a geração de energia na envelhecida usina de Temazcal, o que implicaria outro processo de reasentamento de mazatecos e chinantecos. O projeto da terceira represa foi abandonado em 2012.

Os testemunhos recolhidos por Gabriela Rodríguez Alquicira e por mim durante o período de pesquisa de campo permitem construir uma nova perspectiva do processo de reassentamento, contrastante com a que pudemos levantar no trabalho de arquivo. É significativo que muitas das narrativas incluídas nas trajetórias de vida giravam ao redor da perda de suas terras em Oaxaca e os desafios que tiveram de enfrentar para reinventar-se em um novo espaço que nem sequer tinha nome próprio. As comunidades reassentadas tanto em Uxpanapa quanto em *Los Naranjos* foram criadas a partir de uma nomenclatura proposta por um engenheiro que trabalhou muitos anos na Comissão do Papaloapan e que, alem

de ter estudado a experiência da Comissão do Vale do Tenessee, havia viajado à então União Soviética para se informar sobre a experiência das granjas coletivas moldadas durante os anos de desenvolvimento do modelo socialista soviético. Jaime L. Tamayo propôs como estratégia para facilitar o reassentamento e agilizar as transformações sociais vinculadas às modificações nos padrões de organização para a produção agrícola e as mudanças nos modelos culturais fundar comunidades sem nome: *Povoado Um, Povoado Dois...* até chegar no *Povoado Quinze*<sup>7</sup>. Esses novos centros de povoamento continham, em seus planos, ruas traçadas em quadras, uma praça central na qual se localizaram os primeiros barrações de moradia provisória, escolas e quadras de esporte. Não contavam nem com templos nem lugares de comércio<sup>8</sup>. O senhor Juan Esteban Ramos, um dos membros fundadores do Povoado Um narra:

Esse povoado sofreu muito pela barragem, pelas duas barragens, porque no 55 (1955) nós fomos atingidos pela barragem de Miguel Alemán e em 75 (1975) começaram a construção de Cerro de Oro, por isso lhe digo que pelas duas barragens nós somos atingidos e somos os mais esquecidos no Povoado Um (Juan Esteban Ramos, entrevistado em 18 de setembro de 2011) 9.

As experiências anteriores à construção da barragem Cerro de Oro, como o caso da barragem Miguel Alemán e o reassentamento dos mazatecos,

**<sup>7</sup>**. *Poblado Uno, Poblado Dos, Poblado Quince* no original. Decidi traduzir para realçar o argumento da autora de que se tratam de não-nomes [n. do t.]

**<sup>8</sup>**.. Essa informação me foi proporcionada pelo engenheiro Manuel Aguirre, colaborador e amigo do engenheiro Tamayo. O engenheiro Aguirre trabalhou tanto na Comissão do Papaloapan como na usina San Cristóbal e tive a oportunidade de sustentar longas conversas com ele entre 2010 e 2013.

**<sup>9.</sup>** Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e contaram com a autorização por escrito de nossos colaboradores para a reprodução com fins acadêmicos e de denúncia. Foram transcritas respeitando o uso particular do espanhol destas pessoas que são bilíngües. [nota do tradutor: infelizmente não foi possível no processo de tradução ao português a elaboração de uma sintaxe que recriasse em nossa língua a tensão entre as línguas chinanteca e o espanhol que estava no original. Assim o tradutor optou por uma tradução mais livre que buscasse manter o sentido das falas dos entrevistados]

os mantinha atentos ao processo de reassentamento, o que se refletia na preocupação em primeiro lugar pela escolha do lugar de reassentamento e posteriormente pela transferência e transporte de seu patrimônio material. A senhora Luisa López Contreras, filha do comissário *ejidal* daquela época, Pedro López, conta:

Pois ele se encarregava de reunir as pessoas, de ir para a reunião que a gente do governo fazia, logo ele levou a mensagem para sua aldeia, foi quando pela primeira vez vieram conhecer essa terra, porque a gente do governo trouxe a gente do povoado para conhecer a terra onde iam entregar. Iam e deixavam passar a gente e foram ao Vale de Uxpanapa, não lhes gostou, foram a não sei que outro povoado e não, também não lhes gostou, então lhes gostou vir para cá (Luisa López Contreras, entrevistada em 13 de septiembre de 2011).

Nos pareceram especialmente valiosas as narrativas das pessoas que tiveram cargos de comissário *ejidal* nos anos do reassentamento por que contribuíram com importantes informações sobre quem foram os protagonistas das primeiras negociações do processo. Essas negociações se iniciaram com os primeiros rumores da construção de uma barragem que afetaria suas comunidades, posteriormente passaram pelas primeiras reuniões informativas com autoridades da Comissão do Papaloapan, até chegar aos trabalhos de convencimento e negociação com suas próprias comunidades. O senhor Juan Esteban Ramos, ex-comissário *ejidal* relembra:

Começamos o movimento dos reassentamentos por 1972 quando Luis Echeverría estava como presidente da república. Então faziam as reuniões em Ojitlán, depois em Tuxtepec, não sei exatamente a data em que Echeverria esteve conosco aí em Tuxtepec e no Club Campestre, onde nos disse que havia oficialmente a construção da barragem Cerro de Oro. Então mais tarde forma uma comissão (...) com o do comitê regional (...) imediatamente entra Don Cristóbal Juarez para reclamar que ele não queria a barragem cerro de Ouro, bom, chegaram, chegamos melhor dizendo

à Cidade do México, no Palácio de los Pinos, então nos disseram que de todas as maneiras seria feita a barragem e quando, naquele tempo em 28 de agosto de 1972, quando assina o decreto presidencial para assim concordar já detalhadamente no Diário Oficial da Federação, onde nós íamos reassentar aqui, com uma superfície de cada ejidatário de 10 hectares, tínhamos que ter escola, centro de saúde, agência municipal, estradas pavimentadas, coisa que não foi possível (Juan Esteban Ramos, entrevistado em 14 de setembro de 2011).

Nessas reuniões eram apresentadas as possibilidades de negociação e se buscava chegar a acordos com as autoridades de cada *ejido*. Essas mesmas eram encarregadas de informar aos membros de sua comunidade. Tal processo desencadeou desacordos e descontentamento. Javier Francisco Pablo relata a respeito:

Eu tinha 8 ou 9 anos quando começou a movimentação; meu papai era uma das pessoas que tinha cargo àquela época e às vezes - como moleques - gostávamos de acompanhá-lo à reunião das 8 da noite até as 9... 10 da noite; se discutia muito, entre os ejidatários que não queriam sair de sua terra, meu papai dizia que não queria, houve uma movimentação, houve mortos, problemas... mataram-se entre eles mesmos porque era o líder quem colocava dinheiro, recebia o dinheiro e muitos, houve problemas com a mesma gente daí mesmo, acusavam-se um ao outro, que haviam recebido dinheiro e a metade da gente ficou com muitos conflitos (Javier Francisco Pablo, entrevista 25 de setembro de 2011).

As negociações se prolongaram por muito tempo, devido aos muitos desacordos existentes e entre esses esteve a escolha das novas terras. Isso implicava buscar um bom terreno que garantisse o sustento econômico dos ejidatários e de suas famílias e também a necessidade de encontrar uma zona que lhes permitisse seguir em contato com o povoado de origem. Por esse motivo os habitantes de diferentes *ejidos* escolheram a zona de *Los Naranjos*, por estar

mais próximo que Uxpanapa de suas comunidades históricas e com terras mais férteis que esse último. O senhor Isidro López Palacios nos narrou o seguinte:

Pois é, porque fizeram varias vezes as reuniões as autoridades, porque havia apenas um ou dois anos que eu tinha ingressado no ejido, eu tinha só 20 anos quando começou sobre a barragem e havia autoridades e o tempo todo faziam reuniões; e vão a (a Cidade do) México e se vão a (a cidade de) Oaxaca e por isso nos recomendam que avisem quem foi, o que eles viram, que é que se vai fazer, se fizeram mudanças, que vai fazer reassentamento para lá na zona de Los Naranjos e parte em Uxpanapa, outra parte por aqui por Joachín e assim em muitas partes se dividiram. Em Uxpanapa a maioria creio dos que saíram foram para lá e nós não quisemos ir pra lá, ou seja minha gente mais velha que eu pois não quiseram, diz que está muito afastado pra lá e é longe e feio. (Isidro López, entrevista 14 de setembro de 2011).

Algumas das pessoas que viveram o processo de reassentamento recordam um momento caótico, localizado posteriormente ao censo realizado pela Comissão do Papaloapan, entre 1972 e 1973, de onde saiu o processo de distribuição por *ruas*<sup>10</sup> e no qual se exigiu respeitar a organização da família extensa, o que implicava dotar de terrenos contíguos a pais, filhos e netos maiores de idade. Porém isso não aconteceu em todos os casos e, assim, atualmente se encontram famílias dispersas no *ejido* e inclusive separadas por povoados ou até por zona de reassentamento. Isso trouxe tristes conseqüências, expressas em situações que afetaram emocionalmente aos chinantecos, provocaram a fragmentação de muitas famílias e comunidades e colocaram em risco a continuidade de práticas culturais que iam desde a forma de vincular-se com a terra para o sustento até a socialização das novas gerações em sua língua original

**<sup>10</sup>**. Na verdade, mostraram aos ejidatários planos dos povoados que incluíam urbanização moderna, mas na sua chegada eles descobriram que se tratava de terrenos sem cuidados, muitos deles comprados ou expropriados de seus antigos donos, pelo que os chinantecos que iam chegando tinham que limpar as ervas daninhas do que seriam depois seus terrenos de moradia.

Adicionalmente e sob a incerteza do que aconteceria pelos incessantes cortes orçamentários as autoridades da Comissão do Papaloapan, mediante assembléias informativas com representantes ejidais, afirmaram que entregariam aos novos povoados de reassentamento espaços de habitação com todos os serviços básicos, quer dizer: água potável, eletricidade e drenagem. Também se comprometeram a construir comunidades dotadas de infraestrutura como ruas pavimentadas, calçadas e estradas. Porém, ao chegar na zona que lhes havia sido designada, os chinantecos encontraram um panorama diferente, em que a constante foi o não cumprimento de promessas, pois ao entrar nos novos povoados enfrentaram enormes carências. A senhora Luisa Contreras comenta:

Segundo o que meu papai conta, disseram que aqui iam entregar tudo; rua pavimentada, casas prontas e tudo e pois não se cumpriu porque como ficou a rua, disseram que iam entregar tudo, ou seja a casa completa e não, não se cumpriu porque, quem sabe, a gente começou a sair muito antes do que estava programado, de acordo até com o cumprimento do Decreto Presidencial e a gente começou a vir e vir (Luisa Contreras, entrevista em 13 de setembro de 2011).

Esse tipo de comentários se repete nas diversas narrativas que pudemos recolher nos cinco povoados de *Los Naranjos*. Em diversos testemunhos são recordadas as insuficiências de sua nova comunidade, nas quais também não encontrariam infra-estrutura destinada a atender os serviços de saúde, educação e religião. Juan Esteban López comenta a respeito:

Daí, estando a gente de acordo começaram as dificuldades, porque não víamos as igrejas que foram compromissos do governo do Estado de Oaxaca e do governo de Veracruz, porque iam trabalhar em acordo com o governo federal e tanto iam ser beneficiados os reassentados quantos os que por si estavam por essa zona, coisa que nunca aconteceu. (Juan Esteban López, entrevista em 18 de setembro de 2011).

Essa situação gerou nos chinantecos reassentados uma narrativa comum que, somada à perda de seu território histórico implicou a sensação de abandono e traição das autoridades e grande incerteza sobre o seu futuro. Alfonso Manuel Segura, chefe de quarteirão [manzana no original n.do t.] e ejidatário, comentou:

(...) o governo se comprometeu por exemplo; rua pavimentada, calçada, casas, habitação, pois, e isso nunca vimos porque somos jovens novos e nos fala a gente, os ejidatários velhos que são compromissos que fizeram com o governo e o governo nos fez um compromisso de mudar nosso estado, que a casa nos iam entregar com as chaves, apenas chega um por aqui, sua chave abre sua porta, com luz, com tudo completo [...] isso nunca vimos, nunca se cumpriu; por exemplo, a calçada nunca vimos, estrada, não temos estrada pavimentada, tudo isso ficou pendente para nós e até hoje não se cumpriu, há problemas das casas, veja como temos isso, esses são o que eles nos fizeram (Alfonso Manuel Segura, entrevista em 16 de setembro de 2011).

A falta de espaços para a reprodução de suas atividades rituais foi talvez uma das carências mais sensíveis. Inclusive gerou ressentimento contra os poucos chinantecos que puderam permanecer na cabeceira municipal de Ojitlan, pois esses os impediram de viajar com algumas das imagens religiosas que tinham na igreja local e lhes proibiram utilizar a imagem de Santa Rosa, patrona da região. Duas décadas depois da chegada dos primeiros ejidatários aos povoados se conseguiu a construção de igrejas católicas nas cinco comunidades. Cada uma escolheu um novo santo patrono. Gabino Galisosa Campos, um dos ejidatários e que também é um personagem muito comprometido como evangelizador católico assinala:

(...) eu comecei com a construção da capela, me elegeram em uma assembléia geral do ejido e aí começou a construção, em 1997 (...), de cimento, (...) antes era de palma, era uma casa rústica (...) estava virgem Maria de Guadalupe, essa era a patrona. (Gabino Galisosa Campos, entrevista em 25 desetembro de 2011).

Posteriormente e graças à necessidade de posicionar uma capela no centro de cada povoado, foi construída a Capela das Três Quedas no Povoado Um, Don Miguel Francisco Cabrera, encarregado dos trabalhos de limpeza e de tocar os sinos relembra:

(...) vamos para o centro porque aí no centro é onde está a capela da Terceira Queda. Perto assim do centro chegamos, aí chegamos (...) apenas fizemos primeiro de material ao redor e somente umas latas e estava aí feita, fazíamos a missa, uma palmeira ou assim como um quiosque de palma, assim a fizemos (Miguel Francisco Cabrera, entrevista em 23 de setembro de 2011).

É frequente o sacerdote da paróquia que se localiza em Los Naranjos, perto da estrada Panamericana e a quinze minutos de Tierra Blanca, visitar os novos templos construídos pelos chinantecos, oficiar missa nas festas e realizar rituais associados ao ciclo da vida como casamentos e batizados. Contudo boa parte da vida ritual dos cinco povoados recai nos próprios chinantecos, que buscaram criar novas redes religiosas a partir do reassentamento. Algumas de suas festas se encontram já tão consolidadas que em datas recentes seus familiares e amigos que não foram reassentados viajam desde Ojitlán e Usila e também de outras comunidades mazatecas em Oaxaca para celebrar com eles.



**Fotografia 2**: Celebração do senhor das três quedas no povoado um na quaresma de 2011 (foto de Regina Martínez Casas).

Outro espaço de que se têm apropriado essas novas comunidades chinantecas é o da escola. Pela metade da década de 1980 algumas promotoras bilíngües que se encontravam trabalhando em Oaxaca pediram sua transferência a Veracruz para viver perto de seus familiares reacomodados. A professora Rosa narrou a seguinte história:

Primeiro não queriam me deixar vir (ao Povoado Dois), porque a escola não existia e não sabiam como ia ser a escola. A gente queria uma escola bilíngüe, como as de Oaxaca. Depois de muito insistir me transferiram a uma escola

de mazatecos, dos primeiros reassentamentos em Nuevo Pescadito, conhece ali, perto da barragem? Mas meus pais estavam aqui. Me moveram depois de dois anos com a condição de que eu não pedisse terras como ejidatária e que supervisionasse a construção de umas salas de aula. Comecei dando aulas debaixo de uma trepadeira – como um quiosque de palha – a crianças de todas as idades por que muitos haviam parado de estudar pela mudança de suas famílias. Depois já vieram os do governo e nos fizeram uma escola com pátio e tudo. Nos custou muito, mas conseguimos que fosse bilíngüe (Rosa Francisco, entrevista em 12 de dezembro de 2011).

Pouco tempo depois os comissários ejidais conseguiram também em gestões com Xalapa, capital de Veracruz, a construção de uma pré-escola bilíngüe e uma telesecundária em cada comunidade. Atualmente duas das comunidades contam também com telebacharelados¹¹ e com um convênio com uma escola agropecuária técnica que funciona no Povoado Dois. A maior parte dos professores de pré-escola e primária são chinantecos e em 2012 vários pais de família se manifestaram frente aos edifícios da Secretaria de Educação e Cultura de Xalapa para denunciar a diretora da telesecundária do Povoado Um por castigar os meninos que falavam chinanteco na aula.

Atualmente os pais de família que não enviam seus filhos para as escolas das comunidades são multados. Os chinantecos apostam às novas gerações para cristalizar as promessas de *progresso* que eles não viram serem cumpridas no processo de reassentamento depois de perderem suas terras em Oaxaca.

#### Primeiras reflexões...

Não falei dos resultados dos questionários sociolingüísticos, mas algumas de nossas análises mostram que nas cinco comunidades de Los Naranjos existe um alto grau de bilingüismo coordenado<sup>12</sup> e que o chinanteco é a língua

**<sup>11</sup>**. Educação de terceiro ciclo ou médio superior [nota do tradutor: A *secundaria* no México corresponde ao fundamental 2 no Brasil e o *bachilerato* corresponde ao nosso ensino médio. Mantive o sistema mexicano na traducão]

<sup>12.</sup> O bilinguísmo é definido como coordenado quando duas línguas em contato são usadas de

usada na maior parte dos espaços, tanto nas residências como nas atividades comunitárias. Inclusive nas escolas se dá a batalha pelo ensino da língua com fins formativos, contudo, só as professoras de pré-escolar usam o chinanteco como primeira língua. No resto dos níveis educativos a tendência é o uso do espanhol como língua de instrução, mas se realizam as atividades cívicas e culturais de maneira bilíngüe. Por outro lado, encontramos que 12% dos lares não são chinantecos e que muitos deles estão formados por casais em que um dos cônjuges é mazateco. Existem várias famílias que ensinam ambas as línguas para seus filhos, mas a maioria opta por uma variedade de chinanteco que se tornou mais ou menos padrão nas cinco comunidades. Ao perguntar a eles por esses processos de reajuste lingüístico o representante de assuntos lingüísticos de Tierra Blanca responde:

Temos que nos comunicar entre todos, ainda que sejamos de municípios diferentes. Eu falo todos os dias com meus companheiros de Tres Valles, de Cosamaloapan. Recentemente nomearam a uma companheira em Rodríguez Clara. É a primeira vez que temos representação nos quatro municípios e temos que nos defender. Se perdemos nosso idioma, nós ficamos sem nada... nos tiraram nossa terra, nossos animais e até nossos mortos, mas não nos podem tirar nossa maneira de falar. Eu queria que meus filhos aprendessem a defender seus direitos lingüísticos, por isso é melhor que estudem aqui no povoado (Javier Francisco, entrevista em 3 de maio de 2012).

Por outro lado, as relações com as autoridades das usinas é cada vez mais conflituosa. Em 2013, ejidatários de vários dos povoados ameaçaram de deixar de pagar suas dívidas e semear novamente milho, feijão e verduras. Depois de longas negociações os comissários os convenceram a continuar semeando cana de açúcar e colaborando com as equipes de trabalhadores para a safra<sup>13</sup>.

maneira cotidiana por uma comunidade lingüística determinada.

**<sup>13</sup>**. Esse é o nome [zafra] pelo qual se conhece a colheita da cana-de-açúcar que implica cortar a maior parte das plantas maduras mas deixando uma base que continuará crescendo para futuras colheitas.

Os resultados preliminares deste trabalho mostram que, embora o projeto de reassentar grandes contingentes de famílias indígenas pretendesse, entre outras coisas, conseguir uma rápida mudança cultural e integrar os indígenas ao desenvolvimento nacional, os chinantecos encontraram mecanismos para construir novas formas de comunidade sem perder sua identidade. Porém, o preço que estão pagando é muito alto. Encontram-se em má comunicação com lugares de comércio e serviços pois não contam com acesso a rodovias pavimentadas, nem transporte público confiável e já não produzem em suas terras nada que eles possam consumir, salvo alguns animais de quintal. Poucos migram porque é necessária muita mão de obra para o trabalho nos canaviais e as relações que mantêm com os jarochos são tensas e persistem situações de violência entre eles. Para complicar mais a vida, recentemente se converteram em região de passagem de migrantes centroamericanos porque seus ejidos se localizam perto das linhas do trem que vai do sudeste mexicano ao centro do país<sup>14</sup>. A violência nas sedes municipais é contínua e muitos chinantecos temem viajar a Tierra Blanca, a Cosamaloapan ou a Tres Valles.

Em 2010 houve uma cheia extraordinária dos afluentes do Papaloapan, o rio voltou a transbordar e localidades como Tlacotalpan estiveram inundadas por semanas. As represas não controlaram totalmente as inundações e a produção de eletricidade da hidroelétrica diminui a cada ano enquanto a demanda de energia barata aumenta. O sacrifício das terras e modos de vida dos indígenas de Oaxaca – mas também de muitas famílias que habitavam na bacia do Papaloapan – talvez não tenha valido a pena.

#### Referências

ARAGÓN, Georgina Calderón. La reubicación y la creación de un desastre. In: MACÍAS, Jesús Manuel Macías (comp.). **Reubicación de comunidades humanas**. Entre la producción y reducción de desastres. Universidad de Colima, 2009. p. 267-298.

ÁVILA, Pacheco; SIMÓN, David; LUCERO, Márquez, ÁLVARO, F.. Alternativas para el

**<sup>14</sup>**. O trem conhecido como La Bestia [a Besta, o Diabo] cruza por essa região de Veracruz e parte do tráfico de pessoas denunciado há anos ocorre nas margens de seus ejidos.

reacomodo de la población afectada por la construcción de la presa Cerro de Oro. El desarrollo regional en México y su problemática agraria. **Cuadernos de trabajo**. México. DEAS-INAH, 1979. p. 3-26.

BARABAS, Alicia; BARTOLOMÉ, Miguel Alberto (s/f). **Informe antropológico sobre la población chinanteca que será afectada por la presa "Cerro de Oro".** México, s/p.

BARABÁS, Alicia; BARTOLOMÉ, Miguel Alberto (1992). Antropología y relocalizaciones. **Revista Alteridades**, México, v. 2, n. 4, p. 5-15, 1992.

BARABÁS, Alicia (coord.). **Diálogos con el territorio**. Simbolizaciones sobre el espacio en las culturas indígenas de México. México, INAH, 2003.

Barth, Fredrik. Los Grupos étnicos y sus frontreras. México, FCE, 1996.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto; BARABÁS, Alicia. La presa Cerro de Oro y el ingeniero el gran Dios: Relocalización y etnocidio chinanteco en México. Tomo I. México, Instituto Nacional Indigenista, 1990.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto; BARABÁS, Alicia. La presa Cerro de Oro y el ingeniero el gran Dios: Relocalización y etnocidio chinanteco en México. Tomo II. México, Instituto Nacional Indigenista, 1990.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **Gente de costumbre y gente de razón**. Las identidades étnicas en México. México, Ed. Siglo XXI, 2006.

CABRERA., Gustavo A. Dinámica demográfica. In: **Recursos naturales de la Cuenca del Papaloapan**. Tomo II. México. SARH-Comisión del Papaloapan, Instituto Mexicano de Recursos Naturales Renovables, 1977. p. 691-717.

ARAGÓN, Georgina Calderón. La reubicación y la creación de un desastre. In: MACÍAS, Jesús Manuel Macías (comp.). **Reubicación de comunidades humanas**. Entre la producción y reducción de desastres. Universidad de Colima, 2009. p. 267-298.

CANDAU, Joël. **Memoria e identidad**. Buenos Aires, Ediciones del sol, 2008.

COMISIÓN DEL PAPALOAPAN. El Papaloapan, obra del presidente Alemán. Secretaría de Recursos Hidráulicos. Reseña Sumaria del magno proyecto de planificación integral que ahora se realiza en la Cuenca del Papaloapan, 1949.

COMISIÓN DEL PAPALOAPAN. El Papaloapan, un proyecto de desarrollo regional en ejecución. Breves apuntes de la Cuenca del Papaloapan y de la labor realizada por la Comisión del Papaloapan. Cd. Gral. Miguel Alemán, 1959.

COMISIÓN DEL PAPALOAPAN. Nuevo estudio hidrológico Temascal-Cerro de Oro. México. Secretaría de Recursos Hidráulicos. Estados Unidos Mexicanos, 1962.

DÍAZ SOLÍS, Adrian. Impacto en la Agricultura de la Cuenca baja del río Papaloapan a partir de la operación de la presa Presidente Miguel de la Madrid Hurtado: Cerro de Oro, Ojitlán, Oaxaca. Tesis de ingeniería agrónoma. Córdoba, Veracruz. Universidad Veracruzana. Facultad de Ciencias Agrícolas. 1954.

DISTEL STEIN, Fanny. **Mito y realidad de un programa de desarrollo regional**: Cerro de Oro y Uxpanapa desarrollo ¿Para quién?. Tesis de maestría en antropología social. México. ENAH, 1982.

DURANTI, A. Antropología Lingüística, Madrid, Cambridge University Press, 2000.

ESCANERO GONZÁLEZ, Francisco José. **Reacomodo de campesinos afectados por la construcción de la Presa Cerro de Oro.** Tesis de licenciatura en Ingeniería Civil, México, Facultad de Ingeniería, UNAM, 1977.

ESPEJEL, Alberto Garcia. **Reacomodos, actores y necesidades**. Las Contradicciones del desarrollo. In: \_\_\_\_\_\_. El impacto social de los reacomodos involuntarios por proyectos de desarrollo. Querétaro. Universidad Autónoma de Querétaro. Facultad de Filosofía, 2003. p. 55-106.

EWELL, Peter T.; POLEMAN, Thomas T. **Uxpanapa reacomodo y desarrollo agrícola en el trópico mexicano**. Xalapa, Veracruz. Instituto Nacional de Investigaciones sobre recursos bióticos. 1980.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memoria social.** Madrid, Frónesis Cátedra Universitat de València, 2003.

GARIVAY, Ricardo María V.. La política de desarrollo para las comunidades afectadas por la presa Cerro de Oro. FONSECA, Salvador Anta (coord.), **Ecología y manejo integral de recursos naturales en la región de la Chinantla**. México. Facultad de Ciencias PAIR-UNAM. Fundación Frederich Ebert, 1992. p. 239-250.

GOBIERNO DEL ESTADO DE VERACRUZ, Sistema de Información Municipal,

Cuadernillos Municipales, Tierra Blanca, Secretaría de Finanzas y Planeación, In: http://portal.veracruz.gob.mx/pls/portal/docs/page/gobversfp/sfpportle t/sfppportletsdifusion/cuadernillosmunicipales/2011\_2013/tierrablanca.pdf

GONZÁLEZ SOLANO, José Martín. **Proyecto de desarrollo hidráulico "Cerro de Oro" indígenas Chinantecos y el conflicto por su reubicación.** Tesis de maestría en historia. División de Ciencias Sociales y Humanidades. UAM- Iztpalapa, 2007.

HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e processo de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.

INSTITUTO NACIONAL INDIGENISTA. Programa de desarrollo rural integral para los chinantecos. Veracruz, México. s/f.

INSTITUTO NACIONAL INDIGENISTA. Los chinantecos desalojados de la presa "Cerro de Oro", serán reacomodados, en Acción Indigenista: boletín mensual del Instituto Nacional Indigenista. n. 247, 1974.

MCHMAHON, David (1973). **Antropología de una presa**: Los mazatecos y el proyecto de Papaloapan. México. UNAM, INI-CONACULTA, 1973.

MARTÍNEZ CASAS, María Regina, DE LA PEÑA, Guillermo. Migrantes y comunidades morales: resignificación, etnicidad y redes sociales en Guadalajara (Méjico). **Revista de Antropología social de la Universidad Computlense de Madrid.** v. 13, pp. 217 -255. 2004.

MARTÍNEZ CASAS, Regina . Vivir invisibles. La resignificación cultural entre los otomíes urbanos de Guadalajara. México. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Etnicidad y estructura social.** México, CIESAS, 1992.

OROPEZA, Minerva. Poblamiento y colonización del Uxpanapa en el marco del istmo veracruzano. In: LEONARD, Eric; VELÁZQUEZ, Emilia (coords.). **El Sotavento veracruzano. Procesos sociales y dinámicas territoriales**, CIESAS, Institut de recherche pour le dépeloppement, México, 2000. p. 43-61.

OROPEZA, Minerva. Los chinantecos en el Uxpanapa. Dinámica étnica en una situación de reasentamiento involuntario. **The journal of intercultural studies.** 

n. 27. Kansai University of foreign studies publication. Japan, p. 233-260. 2000.

OROPEZA, Minerva. Procesos identitarios en un poblado chinanteco de reacomodo, **Sotavento**, Revista de historia, sociedad y cultura, n. 7, Veracruz, Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana, p. 65-103. 2006.

PARDO, Teresa. Los chinantecos frente a la empresa Cerro de Oro. **América Indígena.** v. 50. n. 2-3, abril-septiembre. p. 150-183.1990.

PÉREZ GUERRERO, Juan Carlos. Del yo al nosotros. Las fronteras transitables de la memoria. **Anales de la Antropología.** v. 34. México, IIA- UNAM, p. 261-280. 2000.

PÉREZ RUIZ, Maya Lorena. La Comunidad indígena contemporánea. Límites, fronteras y relaciones interétnicas. In: GUILLEN, Miguel Lisbona. (coord.). La comunidad a debate. Reflexiones sobre el concepto de comunidad en el México contemporáneo. México, El Colegio de Michoacán, UNICACH, 2005. p. 87-100.

PÉREZ TAYLOR, Rafael. **Entre la tradición y la modernidad**: antropología de la memoria colectiva. México, IIA-UNAM, Plaza y Valdés, 2002.

POZAS, Ricardo; POZAS, Isabel. Informe crítico del centro coordinador del Papaloapan, México, Instituto Nacional Indigenista. 1955.

RAMÍREZ SORIANO, Jorge (coord.) (2010). Catálogo de las lenguas indígenas y sus variantes lingüísticas del estado de Veracruz. Academia veracruzana de las lenguas indígenas. Gobierno del estado de Veracruz de Ignacio de la Llave, en http://portal.veracruz.gob.mx/pls/portal/docs/PAGE/AVELI/DOCUMENTOS/cata log.PDF

REDFIELD, Robert. La pequeña comunidad, sociedad y cultura campesinas. Editorial de Ciencias Sociales. Instituto Cubano del Libro, 1961.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

RODRÍGUEZ ALQUICIRA, Gabriela. **Crónica de uma terra perdida. Chinantecs em Tierra Blanca, Veracruz.** 2013. 128f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), Escola Nacional de Antropologia e Histório. Cidade do México, México, 2013. Disponível em: https://mediateca.inah.gob.mx/repositorio/islandora/object/tesis%3A2455

RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ma. Teresa; SÁNCHEZ, Vázquez, Antonio (et. al.) De campesinos

a campesinos pescadores: el caso de la presa Miguel de la Madrid H. (Cerro de Oro). In: FONSECA, Salvador A. (coord.). **Ecología y manejo integral de recursos naturales en la región de la Chinantla**. México. Facultad de Ciencias PAIR-UNAM, Fundación Frederich Ebert, 1992. p. 191-238.

TAMAYO, L. Jorge L.. Las actividades de la Comisión del Papaloapan en el Estado de Oaxaca en 1977. Folleto de la Comisión del Papaloapan. México. Editorial Bodoni, 1978. p.11.

VELASCO TORO, José. **El péndulo de la resistencia**. La defensa de la territorialidad y la autonomía indígena. Gobierno del Estado de Veracruz. Fondo editorial de culturas indígenas, 2002.

VELASCO TORO, José. Espacio y territorio: ámbito de la etno-identidad. **Revista del CESLA**, n. 10, Varsovia, Uniwersytet Warszawski, p. 53-70, 2008. en http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=243316417004

VILLA ROJAS, Alfonso. Los mazatecos y el problema indígena de la cuenca del **Papaloapan**. México, Memorias del Instituto Nacional Indigenista, 1955.

WEBER, Max **Economía y sociedad**. México, Editorial Fondo de Cultura Económica, 2008 [1922].

**Recebido**: 30/03/2022 **Aceito**: 23/01/2023